

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO/MG**

**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2023**

**OBJETIVA CONCURSOS LTDA.**, empresa estabelecida à Rua Casemiro de Abreu, n.º 347, Bairro Rio Branco, em Porto Alegre (RS), inscrita no CNPJ sob n.º 00.849.426/0001-14, vem respeitosamente, por seu representante legal, tempestivamente, com fulcro no Art. 41, §1º da Lei N.º 8.666/93, apresentar

### **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

acima referenciado, pelas razões a seguir, requerendo para tanto sua apreciação, julgamento e admissão. A presente impugnação pretende afastar do presente procedimento licitatório, exigências feitas em extrapolação ao disposto no estatuto que disciplina o instituto das licitações, com intuito **inclusive, de evitar que ocorra restrição desnecessária do universo de possíveis e capacitados competidores, obstando a BUSCA DA CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSA**, senão vejamos:

### **DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO**

Em preliminar, é de se assinalar que a presente impugnação é tempestiva, tendo em vista que a data marcada para a sessão de abertura da licitação é 16 de junho de 2023 e, sendo hoje 06 de junho de 2023, portanto, 2 (dois) dias úteis anteriores à data de abertura das propostas, consoante o disposto no artigo 41, §2º, da Lei nº 8.666/93.

## DOS MOTIVOS DETERMINANTES À REFORMA DO EDITAL

O Edital de Tomada de Preços nº 08/2023 com o seguinte objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL, com inscrição via internet, compreendendo elaboração, aplicação, fiscalização, correção e divulgação do resultado das provas, bem como realização de todas as etapas do certame, inclusive a implantação de mecanismos de segurança, de acordo com as condições previstas no Termo de Referência, parte integrante e inseparável deste edital, independente de transcrição.

### **DA VISITA TÉCNICA – ITENS 7.4.1, 7.4.2, 42**

Conforme é possível apurar de uma análise acurada do instrumento editalício, há no edital exigência de realização de visita técnica aos locais de ocorrência de prova, vinculando-se aos itens de exigência para POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO e consequente HABILITAÇÃO ao certame. Vejamos:

#### **SEÇÃO III – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

07 - Poderão participar desta Tomada de Preços:

7.1 Quaisquer licitantes que comprovarem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos na Seção VII – Da Habilitação, e cujo objeto social da empresa, expresso no estatuto ou contrato social, especifique atividade de prestação de serviços pertinente e compatível com objeto desta Tomada de Preços.

7.4.1 O Atestado de visita técnica deverá ser entregue no ato do credenciamento.

7.4.2. O atestado de visita técnica aos locais onde poderão ser realizadas as provas será emitido pelo setor de licitação, após a devida visita às localidades indicadas pela Administração. A visita aos locais de provas deverá ser previamente marcada e realizada pelos licitantes interessados até o 3º (terceiro) dia útil anterior à abertura das propostas. A visita será realizada através do responsável técnico do licitante que deverá apresentar no ato da visita os seguintes documentos: prova de vínculo profissional com a empresa licitante (se cópia deve estar autenticada em cartório); cópia da Carteira de Registro Profissional junto ao Conselho Regional de Administração do Estado da Federação sede do órgão licitante e, no caso de sócio e administrador, apresentar cópia autenticada em cartório do contrato social.

**SEÇÃO VIII – DA VISITA TÉCNICA 42** – Os licitantes deverão efetuar visita técnica, a fim de tomarem esclarecimentos necessários a formulação da proposta do objeto; conhecimento das áreas e dos locais em que serão prestados os serviços esclarecimentos de dúvidas quanto à execução do objeto e das exigências contratuais constantes da minuta de contrato do presente edital em até três dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas. **42.1 - A visita técnica deverá ser agendada, devendo ser realizada até o último dia útil anterior à data fixada para a sessão pública de recebimento e abertura dos envelopes. As visitas DEVERÃO ser agendadas pelo Fone: (34) 3842-5880, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, no setor de Licitação e será realizada pelo Engenheiro da Prefeitura de Monte Carmelo.**

**Ponto de encontro: setor de Licitação/Convênio. Situado na Avenida Olegário Maciel, 129 – segundo andar - Centro –Monte Carmelo – MG. 42.2 - A Visita Técnica deverá ser realizada pelo responsável técnico devidamente credenciado pelo interessado, portando cópia autenticada da Carteira de Identidade do Profissional/Outorgado.**

**42.3 - Será emitido Atestado de comparecimento à Visita Técnica pelo Município.**

Ocorre que exigir que para a POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO e consequente HABILITAÇÃO no certame as interessadas na disputa realizem ida até o local de aplicação das provas do certame é pretender que estas interessadas suportem gastos em excesso com o único objetivo de estarem compatíveis com a exigência do procedimento.

Causando espanto nesta licitante que possui sua matriz em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, já que esta exigência perfectibiliza uma afetação ao princípio da competitividade, isto é, ao vincular tal exigência, sob o escopo da habilitação, sugere que atribui essa determinação às empresas sediadas no Município em questão, ou até mesmo próximas à região.

De todo modo, resulta em um ônus à licitante apenas para a POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO e consequente HABILITAÇÃO à licitação. Perfectibiliza-se que tal exigência, pode ser empenhada caso a licitante logre como vencedora da licitação, mas não, impedi-la de acessar o Procedimento Licitatório por puro preciosismo da Comissão Permanente de Licitação, elaboradora do instrumento editalício do certame.

Assim, com base na Súmula nº 272 do Tribunal de Contas da União, pugna-se pela situação ao itens 7.4.1 e 7.4.2 e aos demais que citam a visita técnica e seus reflexos dentro do instrumento editalício. Vejamos o teor da Súmula:

No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato.

Assim, estes são os termos da impugnação referente aos itens citados.

**DA CERTIDÃO OU DECLARAÇÃO EXPEDIDA PELO ÓRGÃO DE CONTROLE EXTERNO DOS MUNICÍPIOS COMPROVANDO A REGULARIDADE DE CONCURSO PÚBLICO - ITEM 27.9**

Preambularmente destaca-se que a exigência referente à comprovação de regularidade de concursos públicos perante os Tribunais de Contas não é de competência da licitante, muito menos restrito a um Estado, tratando-se de atividade pertinente a cada Tribunal de Contas, onde tais processos administrativos para declarar registro de regularidade de certames públicos tramitam por anos a fio, sendo que tal procedimento é acompanhado pelas Administrações Públicas e não pelas Licitantes que são contratadas com um único fim: realizar um certame público. Sendo de plano excesso de formalismo sem qualquer amparo.

Inclusive, no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul o tramite não é para “registro” de regularidade, tal Egrégio efetua uma auditoria de ponta a ponta de cada certame público realizado. Vejamos por exemplo a forma de atuação do TCE/RS:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

#### DECISÃO EM PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

**Assunto:** Pedido de acesso a informações (Lei nº 12.527/2011)

**Pedido:** *"Bom dia, estamos analisando edital de processo licitatório da PM de São Simão/GO, que determina em seu subitem 6.1.2, letra "d", certidão expedida pelo órgão de controle externo dos municípios (TCM - Tribunal de Contas dos Municípios) atestando a legalidade de concurso público realizado pelo licitante, visando assegurar a capacitação do licitante quanto às normas ou procedimentos exigidos pelo órgão fiscalizador para realização do certame. Desta forma, solicitamos orientação desse TCE acerca do procedimento a ser adotado pela Objetiva Concursos, CNPJ 00.849.426/0001-14, para obtenção dessa certidão de alguns dos Concursos Públicos e/ou Processos Seletivos realizados no Estado do Rio Grande do Sul. No aguardo, Marilda Barbosa/Analista de Licitações."*

**Data do Pedido:** 11/09/2019

Inicialmente, registra-se que os processos de fiscalização que tramitam no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS) apresentam como partes apenas pessoas físicas que tenham atuado como gestores junto a entidades integrantes da Administração Pública (direta/indireta/municipal/estadual) em determinados períodos. Assim, pessoas jurídicas de direito privado não constam como partes nos processos, muito embora os contratos, os convênios e os ajustes eventualmente celebrados entre elas e os entes jurisdicionados possam vir a ser objeto de fiscalização.

Não obstante, no âmbito dos processos de auditoria de admissão, e em razão do disposto no artigo 71, inciso III, combinado com o artigo 75, ambos da Constituição da República, este Tribunal aprecia a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Para obter certidão relativa a esses processos o interessado pode realizar o pedido através do [Serviço de Informação ao Cidadão \(SIC\)](#), informado que fatos pretende ver certificados, ressaltando-se que apenas informações contidas nos processos são passíveis de certificação. Diante disso, sugere-se que a solicitação refira-se a processo específico e contenha, por exemplo, a informação de "inexistência de apontamentos relativos a determinado concurso público".

O interessado pode consultar os processos de auditoria de admissão através do portal [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br) > [Consulta Processual Pública](#) > Busca Avançada > Tipo: Auditoria de Admissão, utilizando-se como termo de pesquisa "Objetiva Concursos". As decisões e demais documentos relativos à referida empresa aparecerão na resposta.

Gabinete da Direção-Geral, em 18 de setembro de 2019.

**Sandro Correia de Borba,**  
Diretor-Geral.

Documento assinado eletronicamente por **SANDRO CORREIA DE BORBA**, Diretor-Geral, em



19/09/2019, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 10 da [Resolução nº 1.104, de 6 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://portal.tce.rs.gov.br/sei-confere-assinatura>, informando o código verificador **0010394** e o código CRC **5B2B022B**.

Referência: Processo nº 000089-0220/19-0

SEI nº 0010394

Portanto, somente por esta exigência absolutamente deslocada de providências concernentes ao escopo da Licitante é que causa tamanha estranheza com a exigência vinculada à experiência da licitante em registro pela regularidade de concursos públicos perante Tribunais de Contas. Extrai-se de uma análise acurada do edital a exigência de apresentação de documento que se correlaciona com o excesso de formalismo da Administração Pública.

Extraíndo-se do presente edital que tal exigência é em suas raízes violação à competitividade, afeta a isonomia de tratamento e desde logo, a simples adoção dessas cláusulas que importem tratamentos desiguais entre as licitantes à medida que impõem restrições à participação, importa em transgressão aos princípios da – legalidade, igualdade e competitividade - todos consagrados no texto constitucional como na Lei de Licitações.

Resta latente, destarte, a violação do Edital aos princípios basilares da Licitação, conforme acima exposto, especialmente com relação ao princípio da competitividade, haja vista a evidente restrição de participação de potenciais interessados no Edital ora analisado, em razão da pretendida exigência editalícia!

O vício presente no Edital ora impugnado não reside somente na violação aos aclamados princípios. Isto porque, consequência lógica do caráter restritivo da exigência editalícia é a manifesta colisão do instrumento convocatório ao Princípio da Igualdade ou da Isonomia entre as partes, que no entender do Prof. Celso Antônio Bandeira de Mello é o primeiro dos princípios, dos quais todos descendem, a saber:

pois, são requisitos necessários à sua existência ou a fiscalização de sua real ocorrência.... com a evidência solar que a positividade do princípio isonômico descansa sobretudo nos critérios que presidem a admissibilidade ao certame, pois a falta de justeza neles compromete tudo que lhe seja subsequente (in Licitação, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, ps. 30).

Extraí-se dos ensinamentos doutrinários a respeito do tema que o tal princípio delimita o sentido de todas as regras disciplinadoras da licitação caracterizando-se como mandamento nuclear desse instituto e, por isso mesmo, inafastável.

Defendendo o raciocínio acima esposado, o dispositivo constitucional também acima apontado, está sob o invólucro da inconstitucionalidade toda e qualquer regra que objetive restringir o campo de alcance da competição, por meio de dificuldades administrativas.

Importa considerar, derradeiramente, que de modo algum se está negando ou insurgindo contra o caráter discricionário da atividade da Administração Pública. Mas, se a pretensa discricionariedade vai

além dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei, as exigências contidas em tais atos praticados tornam-se ilegítimas e ilegais, como são aquelas apontadas acima, sendo de praxe a sua substituição por objetos hábeis a possibilitar competição lícita e, possibilitar, em consequência, a execução integral do objeto licitado.

Portanto, absolutamente impugnado o item 27.9, merecendo reforma.

## DOS REQUERIMENTOS

DIANTE DO EXPOSTO, à conta das razões aqui apresentadas e com fundamento nos diplomas legais invocados, é o presente para IMPUGNAR o Edital mencionado em epígrafe, com o objetivo de retificar os itens citados **Edital de Licitação – Tomada de Preços nº 08/2023**, a fim de que seja excluído do edital item impugnado, a fim de possibilitar a amplitude da participação de diversas empresas do ramo.

Tal retificação se faz imprescindível, como forma de resgatar o respeito aos princípios supracitados, possibilitando assim a participação de maior número de competidores, o que garantirá a escolha da proposta mais vantajosa à Administração e a satisfação do interesse público.

Neste Termos,

Pede Deferimento.

Porto Alegre, 06 de junho de 2023.



Gustavo Pellizzari  
Gerente Administrativo

00.849.426/0001-14  
OBJETIVA CONCURSOS LTDA.  
Rua Casemiro de Abreu, 347  
B. Rio Branco CEP. 90420-001  
PORTO ALEGRE-RS